



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	6199/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Penápolis
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS
Período	10/2017
Relator	Dr. Dimas Eduardo Ramalho
Unidade Fiscalizadora	UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA
Responsável	EVANDRO TERVEDO NOVAES
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	310.782.898-08
Período de Gestão	01/01/2017 a 13/05/2017
Responsável	RUBENS DE MEDICI ITO BERTOLINI
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	057.709.758-06
Período de Gestão	14/05/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS	R\$ 100.598,81	R\$ 28.835,72

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS	R\$ 0.00	R\$ 129.434,53	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.931,09

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 2.468.250,30	R\$ 184.461.976,60	1,3381%	1,3381%
10/2017	R\$ 2.566.111,24	R\$ 189.703.642,59	1,3527%	1,3381%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 10/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,3527%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 1.201.102,67
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 160.715,69
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 73.227,22
(=) Liquidez do Período	R\$ 967.159,76
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 743.100,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 1.710.259,76
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 4.458.600,00

(=) Liquidez Projetada

R\$ -4.458.600,00

Embora o resultado acima para o período atual apresente superávit, a situação de liquidez projetada para o exercício revela-se desfavorável frente ao adimplemento de compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 20/02/2018

Hora da Geração: 22:05:59